



newsletter

Nº 87 – ABRIL / 2014

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 87 – ABRIL/2014
(circulação limitada)

Assuntos em Destaque

Resumo Fiscal/Legal – Março de 2014	2
Fundos de Compensação e de Garantia do Trabalho	3
Revisores e Auditores	7

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL

Assembleia da República – Lei n.º 11/2014, de 6 de março - Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, e à alteração do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações.

Banco de Portugal – Carta-Circular n.º 24/2014/DSC, de 10 de março - Define as boas práticas a observar pelas instituições de crédito para a simplificação e padronização do comissionamento de contas de depósito à ordem, transmitindo o entendimento do Banco de Portugal de que as instituições de crédito devem comercializar uma conta de depósito à ordem padronizada, que inclua, grosso modo, os serviços mínimos bancários previstos no Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, na redação em vigor, mas sem as restrições de acesso ou de comissionamento previstas nesse diploma.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 64/2014, de 12 de março - Procede à segunda alteração à Portaria n.º 121/2011, de 30 de março, que regulamenta e estabelece as condições de aplicação da contribuição sobre o setor bancário.

Assembleia da República - Declaração de Retificação n.º 18/2014, de 13 de março - Declara que retifica a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, que «Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 11, de 16 de janeiro de 2014.

2/7

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 87 – ABRIL/2014
(circulação limitada)

Assembleia da República - Lei n.º 13/2014, de 14 de março - Procede à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 40/2014, de 18 de março - Torna público que no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 6/2014, de 12 de fevereiro, aprova as medidas nacionais necessárias à aplicação em Portugal do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações, incluindo o respetivo regime sancionatório, e altera o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março - Procede à alteração (primeira alteração) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.

FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO, MECANISMO EQUIVALENTE E FUNDO DE GARANTIA DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

Enquadramento

A criação do fundo de compensação do trabalho (FCT) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) visa assegurar que os trabalhadores recebem metade do valor da compensação a que têm direito quando a cessação de trabalho é calculada nos termos do artigo n.º 366 do Código do Trabalho (compensação por despedimento coletivo). A adesão é obrigatória para os contratos de trabalho celebrados a partir de 1 de outubro de 2013.

Características

O FCT é um fundo de capitalização individual, financiado pelas entidades empregadoras através das contribuições mensais, tendo como finalidade o pagamento até 50% do valor da compensação que os trabalhadores abrangidos venham a ter direito. Pode ser acionado pela entidade empregadora como forma de auxílio ao pagamento da compensação. Aquando da cessação do contrato de trabalho, em que não haja lugar ao pagamento de qualquer

3/7

ORA newsletter

Nº 87 – ABRIL/2014
(circulação limitada)

compensação, a entidade empregadora será reembolsada das contribuições efetuadas respeitantes ao trabalhador, valorizadas de um eventual ganho que o fundo tenha gerado.

O FGCT é um fundo de natureza mutualista, financiado pelas entidades empregadoras através das contribuições mensais, que têm como finalidade garantir o montante necessário à cobertura de 50% do valor da compensação que os trabalhadores abrangidos venham a ter direito. Este pode ser acionado pelo trabalhador, no entanto não responde por qualquer valor em dívida sempre que a entidade empregadora já tenha pago um montante igual ou superior a 50% da compensação.

Funcionamento

Os contratos de trabalho posteriores a 30 de setembro 2013 ficam automaticamente abrangidos pelo novo regime, devendo as entidades patronais comunicar eletronicamente a admissão dos colaboradores até ao dia em que se inicie o respetivo contrato. Esta obrigatoriedade não se aplica aos contratos de trabalho de muito curta duração, ou estágios profissionais remunerados.



A entidade empregadora deverá entregar aos fundos o montante correspondente a 1% da remuneração base e diuturnidades a que o empregado tenha direito, sendo que 0,925% destina-se ao FCT e os restantes 0,075% ao FGCT.

Como alternativa ao FCT, a entidade empregadora, poderá optar pelo Mecanismo Equivalente (ME), sendo que esta opção obriga a que todos os trabalhadores abrangidos pelos FCT sejam integrados no ME, podendo contudo aderir a diferentes ME.

O ME apenas poderá ser constituído junto de entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal, devendo estas entidades estarem autorizadas a comercializar e gerir este instrumento.

O pagamento do FCT e FGCT deverá ser feito mensalmente entre o dia 10 e 20 do mês seguinte a que respeita, devendo ser obtidos os respetivos documentos de pagamento no [site oficial www.fundoscompensacao.pt](http://www.fundoscompensacao.pt).

Na data de cessação de um contrato que não dê origem ao pagamento de qualquer compensação, a entidade empregadora será reembolsada dos valores entregues ao FCT ao abrigo desse mesmo contrato, bem como da possível valorização que este tenha obtido. O

ORA newsletter

Nº 87 – ABRIL/2014
(circulação limitada)

reembolso pode ser solicitado com uma antecedência máxima de 20 dias antes da data de cessação do contrato.

Contabilização

Fundo de compensação do trabalho

As participações mensais para o FCT deverão ser reconhecidas no balanço da entidade, uma vez que esta detém o direito de ser reembolsada das entregas efetuadas. O reconhecimento inicial será pelo montante das contribuições efetuadas e posteriormente, a cada data de relato deverão ser consultadas as eventuais variações e ajustado o justo valor (ganhos ou perdas) através de resultado.

Descritivo	Débito	Crédito
<u>Contabilização mensal da entrega ao FCT</u>		
# 415 – FCT (Empregado X)	0,925% (Vencimento + Diuturnidades)	
# 245 – Contribuições FCT		0,925% (Vencimento + Diuturnidades)
<u>E</u>		
# 245 – Contribuições FCT	0,925% (Vencimento + Diuturnidades)	
# 12 - Bancos		0,925% (Vencimento + Diuturnidades)
<u>Contabilização variação justo valor a 31/12 (com aumento de 100€)</u>		
# 415 – FCT (Empregado X)	100€	
# 77 – Ganhos por aumento de justo valor		100€
<u>Contabilização do reembolso do FCT na data de cessação do contrato com valorização de 50€.</u>		
# 415 – FCT (Empregado X)	50€	
# 77 – Ganhos por aumento de justo valor		50€
# 12 – Bancos	Valor entregue ao FCT + valorizações (100€ + 50€)	
# 415 – FCT (Empregado X)		Valor entregue ao FCT + valorizações (100€ + 50€)

Note-se que nas datas de relato, os valores de uma possível valorização não concorrem para o resultado fiscal, apenas sendo considerados fiscalmente na data da cessação do contrato, pelo que existe lugar ao registo de impostos diferidos.

ORA newsletter

Nº 87 – ABRIL/2014
(circulação limitada)

Fundo de garantia de compensação do trabalho

As comparticipações para o FGCT deverão ser consideradas como gasto do período.

Descritivo	Débito	Crédito
<u>Contabilização mensal da entrega ao FGCT</u>		
# 635 – Contribuições FGCT	0,075% (Vencimento + Diuturnidades)	
# 245 – Contribuições FGCT		0,075% (Vencimento + Diuturnidades)
<u>E</u>		
# 245 – Contribuições FGCT	0,075% (Vencimento + Diuturnidades)	
# 12 - Bancos		0,075% (Vencimento + Diuturnidades)

As contribuições para o FGCT são consideradas como gastos fiscais no período em que verifique a obrigação da entrega.

Conclusão

Os fundos apresentam como principal desvantagem o aumento de encargos e consequentemente maior pressão sobre a tesouraria das entidades empregadoras. De forma a atenuar esta situação as empresas têm ao seu dispor incentivos à criação de emprego ao abrigo da Portaria n.º 286-A/2013, de 16 de setembro, em que através de uma candidatura têm a possibilidade de receber 1% do valor da retribuição mensal dos trabalhadores contratados.



- Paulo Vicente -

Bibliografia:

- Lei n.º 70/2013, de 30 agosto – Estabelece os regimes jurídicos FCT, ME e FGCT;
- Portaria n.º 286-A/2013, de 16 setembro - Medidas de incentivo ao Emprego;
- Portaria n.º 294-A/2013, de 30 setembro – Estabelece os procedimentos de funcionamento;
- Regulamento n.º 390-A/2013, de 14 outubro – Regulamento de gestão do FGCT;
- Regulamento n.º 390-B/2013, de 14 outubro – Regulamento de gestão do FCT.

ORA newsletter

Nº 87 – ABRIL/2014
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

Relatório e Contas 2013

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aprovou recentemente o seu Relatório e Contas relativamente ao exercício de 2013.



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Destaca-se, pelo seu interesse, os capítulos relacionados com a evolução da atividade profissional (crescimento do número de revisores inscritos na Ordem e de novas sociedades de revisores oficiais de contas), com a atividade do Conselho Disciplinar (evolução dos processos de inquérito, dos processos disciplinares e escala das penas aplicadas); no departamento técnico (tradução e publicação do manual das normas internacionais de contabilidade do setor público, emitidas pelo IFAC, e do volume II do manual das normas internacionais de controlo de qualidade, auditoria, revisão, outros trabalhos de garantia de fiabilidade e serviços relacionados da IFAC); no departamento de formação (registou-se um ligeiro decréscimo no número de ações de formação); e no departamento de controlo de qualidade e supervisão (síntese do controlo horizontal por categorias e por entidades; síntese das conclusões do controlo vertical por categorias e dossiers; implementação dos novos guias de controlo de qualidade).

O documento completo pode ser obtido em:

<http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Bastonario/2014/ReC2013.pdf>

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objetivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*

7/7

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662